

LUÍS MANOEL BORGES DO VALE
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

LGPD NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SUMÁRIO

Capítulo 1 – IMPORTÂNCIA, HISTÓRICO E FONTES NORMATIVAS DA PROTEÇÃO DE DADOS.....	1
Capítulo 2 – FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA LGPD	7
2.1. Princípio da boa-fé	7
2.2. Princípio da finalidade	8
2.3. Princípio da adequação.....	8
2.4. Princípio da necessidade	9
2.5. Princípio do livre acesso.....	9
2.6. Princípio da qualidade dos dados	10
2.7. Princípio da transparência.....	10
2.8. Princípio da segurança	11
2.9. Princípio da prevenção	11
2.10. Princípio da não discriminação.....	12
2.11. Princípios da responsabilização e prestação de contas	12
Capítulo 3 – CONCEITO DE DADO PESSOAL E ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA LGPD	13
3.1. Conceito de dado pessoal	13
3.2. Aplicação da LGPD	16
3.3. Inaplicabilidade da LGPD.....	18
3.3.1. Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.....	18
3.3.2. Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos.....	19
3.3.3. Tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais	21

3.3.4. Tratamento de dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD	22
--	----

Capítulo 4 – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS..... 25

4.1. Exigências para o tratamento de dados pessoais	25
4.1.1. Consentimento.....	26
4.1.2. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador	28
4.1.3. Tratamento pela Administração Pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD	28
4.1.4. Estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais	28
4.1.5. Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados	29
4.1.6. Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.....	29
4.1.7. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	30
4.1.8. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária	30
4.1.9. Atendimento dos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.....	30
4.1.10. Proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente....	31
4.2. Tratamento de dados pessoais sensíveis	32
4.3. Tratamento de dados de crianças e de adolescentes.....	36
4.4. Término do tratamento de dados pessoais.....	38

Capítulo 5 – DIREITOS DO TITULAR..... 41

5.1. Direito à confirmação da existência de tratamento	43
5.2. Direito de acesso aos dados pessoais	43
5.3. Direito à correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.....	44
5.4. Direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD	45
5.5. Direito à portabilidade.....	46
5.6. Direito à eliminação de dados pessoais tratados com o consentimento do titular	47
5.7. Direito à informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou o uso compartilhado de dados.....	48
5.8. Direito à informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.....	48
5.9. Direito à revogação do consentimento	49
5.10. Direito à revisão e à explicação de decisões automatizadas	49

Capítulo 6 – LGPD E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	51
6.1. Delimitação da aplicação da LGPD à Administração Pública	51
6.2. Assimetria de tratamento para empresas estatais que atuam em regime concorrencial e empresas estatais que promovem políticas públicas.....	56
6.3. Tratamento de dados pela Administração Pública.....	61
6.4. Compartilhamento interno e externo de dados pela Administração Pública.....	62
6.5. Responsabilidade e sanções administrativas aplicáveis aos órgãos e entidades públicos no âmbito da LGPD	66
6.6. Diálogo entre a LGPD e a LAI	69
Capítulo 7 – AGENTES DE TRATAMENTO (CONTROLADOR E OPERADOR) E ENCARGADO	73
Capítulo 8 – SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA.....	81
Capítulo 9 – AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)	89
Capítulo 10 – CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE	95
Capítulo 11 – RESPONSABILIDADE CIVIL E RESSARCIMENTO DE DANOS	97
Capítulo 12 – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E AS SANÇÕES PREVISTAS NA LGPD.....	101
Capítulo 13 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS.....	111
13.1. Considerações gerais.....	111
13.2. Jurisdição nacional e internacional, em matéria de proteção de dados pessoais....	113
13.3. Delimitação de competência territorial em demandas relacionadas à proteção de dados pessoais, nos casos que envolvam entes públicos	115
13.4. Legitimidade ativa e passiva do Poder Público em demandas relacionadas à proteção de dados pessoais	120
13.5. Inversão do ônus da prova	122
13.6. Tutela inibitória e proteção de dados pessoais	123
13.7. Proteção de dados e processos estruturais: o Poder Público na encruzilhada	126
Capítulo 14 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DE DADOS: DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	129
14.1. A utilização de soluções de Inteligência Artificial Generativa desenvolvida por agentes privados (ChatGPT, Gemini, Claude e outros) pelos servidores públicos: a proteção de dados pessoais em jogo	142
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE	151